

SUMÁRIO

Capítulo I – EVOLUÇÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL.....	23
1.1 Introdução.....	23
1.2 Conceito de Aposentadoria Especial.....	25
1.3 Instituição do Benefício de Aposentadoria Especial e Alterações da Legislação Previdenciária	26
1.3.1 Lei 3.807/60 – Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social	27
1.3.2 Decreto 48.959-A/60 – Aprova o Regulamento Geral da Previdência Social.....	28
1.3.3 Decreto 53.831/64 – Dispõe sobre a aposentadoria especial instituída pela Lei 3.807/60.....	33
1.3.4 Quadro Anexo a que se refere o art. 2º do Decreto 53.831/64.....	34
1.3.5 Decreto 60.501/67 – Aprova nova redação do Regulamento Geral da Previdência Social.....	42
1.3.6 Lei 5.440-A/68 – Altera o art. 31 e dá nova redação ao art. 32 e § 1º da Lei 3.807/60.....	45
1.3.7 Decreto 63.230/68 – Dispõe sobre a aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei 3.807/60.....	45
1.3.8 Lei 5.527/68 – Restabelece o direito ao benefício de aposentadoria especial para as categorias profissionais de engenheiro civil e eletricitista	55
1.3.9 Lei 5.890/73 – Altera a Lei 3.807/60.....	55
1.3.10 Decreto 72.771/73 – Aprova o novo Regulamento da Lei 3.807/60.....	56
1.3.11 Lei 6.210/73 – Aprova o novo Regulamento da Lei 3.807/60.....	67

1.3.12	Lei 6.243/75 – Regula a situação do aposentado pela previdência social que volta ao trabalho e a do segurado que se vincula a seu regime apos completar sessenta anos de idade	67
1.3.13	Decreto 77.077/76 – Institui a Consolidação das Leis da Previdência Social – CLPS	67
1.3.14	Lei 6.643/79 – Acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei 5.890/73, que altera a legislação de previdência social	70
1.3.15	Decreto 83.080/79 – Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social	71
1.3.16	Anexo I.....	74
1.3.17	Anexo II	78
1.3.18	Lei 6.887/80 – Altera a legislação da previdência social urbana	81
1.3.19	Conversão do Tempo de Serviço Exercido em Atividades Especiais Anteriormente à Vigência da Lei 6.887/80.....	82
1.3.20	Decreto 87.374/82 – Altera dispositivos do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 83.080/79.....	83
1.3.21	Decreto 89.312/84 – Expede nova edição da Consolidação das Leis da Previdência Social	84
1.3.22	Constituição Federal de 05.10.1988	86
1.4	Alterações da Legislação de Aposentadoria Especial após a Constituição Federal de 05.10.1988.....	87
1.4.1	Lei 8.213/91 – Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.....	87
1.4.2	Decreto 357/91 – Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social	89
1.4.3	Decreto 611/92 – Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social	92
1.4.4	Lei 9.032/95 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	93
1.4.5	Medida Provisória 1.523/96 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	100
1.4.6	Decreto 2.172/97 – Aprova o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social	102
1.4.7	Anexo IV do Decreto 2.172/97.....	106
1.4.8	Medida Provisória 1.596-14 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	111
1.4.9	Lei 9.528/97 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91	112
1.4.10	Medida Provisória 1.663-10 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	113
1.4.11	Medida Provisória 1.663-13 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	114
1.4.12	Decreto 2.782/98 – Regulamenta o art. 28 da Medida Provisória 1.663-13, de 26.08.1998.....	114

1.4.13	Medida Provisória 1.663-14	115
1.4.14	Medida Provisória 1.663-15 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	115
1.4.15	Lei 9.711/98 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	116
1.4.16	Medida Provisória 1.729/98 – Altera dispositivos da Lei 8.213/91.....	116
1.4.17	Lei 9.732/98 – Altera Dispositivos da Lei 8.213/91	118
1.5	Alterações da Legislação de Aposentadoria Especial após Emenda Constitucional 20/98	119
1.5.1	Emenda Constitucional 20/98 – Modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição.....	120
1.5.2	Decreto 3.048/99 – Aprova o Regulamento da Previdência Social	125
1.5.3	Anexo IV do Decreto 3.048/99.....	130
1.5.4	Decreto 3.265/99	135
1.5.5	Decreto 3.668/00 – Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99.....	138
1.5.6	Decreto 4.032/01 – Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99.....	140
1.5.7	Lei 10.403/02 – Altera as Leis 8.212 e 8.213	141
1.5.8	Decreto 4.079/02 – Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99.....	142
1.5.9	Medida Provisória 83/02 – Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho.	145
1.5.10	Lei 10.666/03 – Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências	145
1.5.11	Decreto 4.729/03 – Altera Dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto 3.048/99.....	147
1.5.12	Decreto 4.827/03 – Altera o art. 70 do Decreto 3.048/99	148
1.5.13	Decreto 4.882, de 18.11.2003 – Altera Dispositivos do Decreto 3.048/99.....	149
1.5.14	Lei 11.941, de 27.05.2009.....	150

Capítulo II – APOSENTADORIA ESPECIAL APÓS A EDIÇÃO DA LEI 8.213/91 ... 151

2.1	Aposentadoria Especial após a Edição da Lei 8.213/91.....	151
2.2	Enquadramento de Tempo Especial após a Promulgação da Emenda Constitucional 20/98.	156
2.3	Conversão do Tempo Especial em Tempo de Atividade Comum.....	158

2.3.1	Direito à Conversão de Tempo Especial em Tempo Comum após 28.05.1998.....	168
2.4	Decreto 4.827/03 – Altera o art. 70 do Decreto 3.048/99	171
2.5	Percentual de Tempo Mínimo Instituído pelo Decreto 3.048/99	172
2.6	Conclusão	173
Capítulo III – REQUISITOS DA APOSENTADORIA ESPECIAL.....		175
3.1	Requisitos da Habitualidade, Permanência e não Intermitência.....	175
3.2	Prova da Exposição do Segurado aos Agentes Nocivos.....	184
3.3	SB-40 – Formulário Informações sobre Atividades com Exposição a Agentes Nocivos.....	188
3.4	DSS 8030 – Formulário Informações sobre Atividades com Exposição a Agentes Nocivos.....	189
3.5	DIRBEN-8030 – Formulário Informações sobre Atividades com Exposição a Agentes Agressivos.....	192
3.6	Perfil Profissiográfico	194
3.7	Perfil Profissiográfico Previdenciário	196
3.7.1	Instrução Normativa 78/02.....	200
3.7.2	Instrução Normativa 84/02.....	203
3.7.3	Instrução Normativa 95/03.....	210
3.7.4	Instrução Normativa INSS/DC 96.....	213
3.7.5	Instrução Normativa INSS/DC 99.....	214
3.7.6	Instrução Normativa INSS/DC 118.....	216
3.7.7	Instrução Normativa INSS/PRES 11.....	218
3.7.8	Instrução Normativa INSS/PRES 20.....	220
3.7.9	Instrução Normativa INSS/PRES 27.....	222
3.7.10	Instrução Normativa INSS/PRES 45.....	224
3.7.11	Responsável pela Emissão do PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.....	226
3.7.12	Quando o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário deve ser entregue ao empregado.....	227
3.7.13	Trabalhadores que têm Direito de Receber o PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário	228
3.7.14	Anexo XV da Instrução Normativa 20/INSSPRES, de 10.10.2007.....	230
3.7.15	Anexo XV da Instrução Normativa INSS/PRES 45/10.....	241
3.8	Exigência de Laudo Técnico.....	241

3.9	Laudo Técnico Contemporâneo	249
3.10	Formulários Contemporâneos	249
3.11	Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC).....	250
3.12	Natureza Exemplicativa e não Taxativa das Atividades Perigosas, Penosas ou Insalubres.....	259
3.13	Fator de Conversão do Tempo de Serviço Especial.....	264
3.14	Atividade Preponderante.....	267
Capítulo IV – OUTROS MEIOS DE COMPROVAÇÃO DE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL		271
4.1	Comprovação de Atividade Especial Mediante Perícia Judicial	271
4.2	Comprovação da Prestação de Atividade de Natureza Especial por Meio de Outros Documentos e Prova Testemunhal Idônea	274
4.3	Reconhecimento da Exposição do Segurado aos Agentes Nocivos em Sentença Trabalhista	276
4.4	Recebimento de Adicionais de Insalubridade ou Periculosidade	277
4.5	Comprovação de Tempo Especial pelo Autônomo (Contribuinte Individual)	277
4.5.1	Contribuinte Individual	284
Capítulo V – ATIVIDADES INSALUBRES		285
5.1	Atividades Insalubres e Limites de Tolerância	285
5.2	Ruído no Ambiente de Trabalho	287
5.2.1	Limite de Ruído Superior a 80 e a 90 DB.....	301
5.2.2	Níveis Médios de Ruído	304
5.3	Exposição do Segurado ao Calor	306
5.4	Exposição do Segurado ao Frio	309
5.5	Umidade.....	310
5.6	Radiações Ionizantes.....	310
5.7	Atividade em Hospitais e outros Estabelecimentos Destinados ao Cuidado da Saúde.....	313
5.7.1	Atividade em Estabelecimentos com Atendimento ao Público	316
5.8	Atividade Exercida no Setor de Energia Elétrica	318
5.9	Trepidação e Vibrações.....	328
5.10	Poeira Mineral	329
5.11	Tóxicos Orgânicos	331

5.12	Atividades ou Operações Perigosas	332
5.13	Trabalho do Gari.....	336
Capítulo VI – DIREITO ADQUIRIDO E REGRAS DE TRANSIÇÃO		341
6.1	Direito Adquirido ao Cômputo do Tempo de Serviço Especial e à Conversão do Tempo Especial em Tempo Comum	341
6.2	Regras de Transição Instituídas pela Emenda Constitucional 20/98.	351
Capítulo VII – ATIVIDADES – CATEGORIAS PROFISSIONAIS		355
7.1	Considerações Iniciais	355
7.2	Aeroviário	357
7.3	Enfermeiro	360
7.4	Operador de Raios-X	364
7.5	Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista	366
7.6	Engenheiro Eletrônico	372
7.7	Engenheiro Mecânico	374
7.8	Engenheiro Metalúrgico e Engenheiro de Minas	375
7.9	Engenheiro Químico	377
7.10	Farmacêutico.....	380
7.10.1	Farmacêutico-Bioquímico e Toxicologista.....	381
7.11	Geólogo	386
7.12	Guarda/Vigilante.....	390
7.13	Médico.....	394
7.14	Motorista de Caminhão, Motorista de Ônibus	402
7.15	Odontólogo	405
7.16	Operador de Trator/Carregadeira	412
7.17	Patologista	415
7.18	Telefonista	419
7.19	Médico-Veterinário.....	423
7.20	Pescador.....	427
7.21	Denominação da Atividade.....	428
Capítulo VIII – SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA ESPECIAL		431
8.1	Salário-de-Benefício da Aposentadoria Especial	431
8.2	Salário-de-Benefício da Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição.....	434

8.3	Salário-de-Contribuição e Acréscimo de Parcelas Salariais Concedidas em Sentença Trabalhista	438
8.4	Carência	442
8.5	Contagem Recíproca	445
8.6	Requerimento do Benefício de Aposentadoria	446
Capítulo IX – APOSENTADORIA DO PROFESSOR		451
9.1	Classificação	451
9.2	Direito à Conversão do Tempo Trabalhado como Professor	464
9.3	Aposentadoria do Professor após a Emenda Constitucional 20/98	468
9.4	Conclusão	471
Capítulo X – APOSENTADORIA DO AERONAUTA		473
10.1	Introdução	473
10.2	Histórico	474
10.3	A Aposentadoria dos Aeronautas após a Emenda Constitucional 20/98	482
10.4	A Atividade do Aeronauta na Doutrina e Jurisprudência	488
10.5	Insalubridade no Trabalho do Aeronauta	490
10.6	Conversão do Tempo Laborado pelo Aeronauta em Tempo Comum.	498
Capítulo XI – APOSENTADORIA DO MARÍTIMO		501
11.1	Marítimo	501
11.2	Conversão de Tempo Especial para Comum	504
11.3	Ano Marítimo	504
Capítulo XII – JORNALISTAS PROFISSIONAIS		505
12.1	Histórico	505
12.2	A Aposentadoria do Jornalista Profissional após a edição da Lei 8.213/91.	512
12.3	Conversão de Tempo Especial para Comum	516
12.4	Fator de Conversão do Tempo de Serviço Prestado pelo Jornalista Profissional ...	520
12.5	Conclusão	521
Capítulo XIII – TEMAS DIVERSOS		523
13.1	Tempo de Serviço Especial Prestado pelo Servidor Público sob o Regime Celetista	523
13.2	Tempo de Serviço em que o Segurado recebeu Auxílio-Doença	526

13.3	Cômputo do Tempo de Serviço do Dirigente Sindical.....	527
13.4	Documentos Contemporâneos	529
13.5	Desligamento do Emprego.....	531
13.6	Acumulação do Auxílio-Acidente e Aposentadoria Especial	533
Capítulo XIV – COMPETÊNCIA.....		535
14.1	Competência para Processar e Julgar Ações Previdenciárias.....	535
14.2	Ação Civil Pública	538
14.2.1	Legitimidade Ativa do Ministério Público	541
Capítulo XV – MANDADO DE SEGURANÇA.....		545
15.1	Mandado de Segurança e Direito Líquido e Certo	545
15.2	Autoridade Coatora.....	555
15.3	Indicação Errônea da Autoridade Coatora	557
15.4	Liminar em Mandado de Segurança	561
15.5	A Súmula 626 do STF e Liminar em Mandado de Segurança	563
15.6	Decadência do Direito à Impetração do Mandado de Segurança	564
15.7	Conclusão	566
Capítulo XVI – TUTELA ANTECIPADA.....		567
16.1	Introdução.....	567
16.2	Tutela Antecipada em Ações Previdenciárias	571
16.3	Exigência de Caução e Efetivação dos efeitos da Tutela	575
16.4	Efeitos da Apelação	577
16.5	Tutela Antecipada na Sentença	578
16.6	Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública	579
16.7	Tutela Específica das Obrigações de Fazer e Não Fazer.....	582
16.8	Questões Processuais.....	584
16.8.1	Lei 10.358/01	584
16.8.2	Emenda Constitucional 30/00.....	586
16.8.3	Emenda Constitucional 37/02.....	588
Capítulo XVII – INSTRUÇÕES NORMATIVAS.....		591
17.1	Introdução.....	591
17.2	Instrução Normativa INSS/DC 39/00.....	592

17.3	Instrução Normativa INSS/DC 49.	598
17.4	Instrução Normativa INSS/DC 57.	606
17.5	Instrução Normativa INSS/DC 78/02.	623
17.6	Instrução Normativa INSS/DC 84/02.	644
17.7	Instrução Normativa INSS/DC 87.	663
17.8	Instrução Normativa INSS/DC 89.	666
17.9	Instrução Normativa INSS/DC 95.	670
17.10	Instrução Normativa INSS/DC 96.	690
17.11	Instrução Normativa INSS/DC 99.	690
17.12	Instrução Normativa INSS/DC 118.	707
17.13	Instrução Normativa INSS/PRES 11.	724
17.14	Instrução Normativa INSS/PRES 20.	741
17.15	Instrução Normativa INSS/PRES 27.	758
17.16	Instrução Normativa INSS/PRES 29, de 04.06.2008.	760
17.17	Instrução Normativa RFB 971, de 13.11.2009.	761
17.18	Instrução Normativa INSS/PRES 45, de 06.08.2010.	774
17.19	Instrução Normativa MPS/SPS 1, de 22.07.2010 – DOU de 27.07.2010.	787
17.20	Instrução Normativa INSS/PRES 53, de 22.03.2011 – DOU de 23.03.2011.	791
17.21	Instrução Normativa INSS/PRES 60, de 20.08.2012.	820

Capítulo XVIII – ORIENTAÇÕES NORMATIVAS, ORDENS DE SERVIÇO E PORTARIAS 825

18.1	Ordem de Serviço INSS/DSS 600 – Disciplina procedimentos a serem adotados quanto ao enquadramento, conversão e comprovação do exercício de atividade especial.	826
18.2	Ordem de Serviço 611/98 – Disciplina procedimentos a serem adotados quanto ao enquadramento, conversão e comprovação do exercício de atividade especial.	854
18.3	Ordem de Serviço 612/98 – Disciplina procedimentos a serem adotados quanto ao enquadramento, conversão e comprovação do exercício de atividade especial.	855
18.4	Ordem de Serviço 613/98 – Estabelece documentação básica necessária para requerimento de benefícios.	863
18.5	Portaria 4.883/98 – Para a implementação dos dispositivos da Emenda Constitucional 20/98.	865

18.6	Ordem de Serviço INSS/DSS 619 – Estabelece normas para cumprimento da Emenda Constitucional 20, de 15.12.1998.....	867
18.7	Ordem de Serviço Conjunta 98/99 – Estabelece procedimentos para a fiscalização das empresas com segurados que exerçam atividade que permita a concessão de aposentadoria especial.	877
18.8	Orientação Normativa MPOG/SRH 10, de 05.11.2010 – DOU de 08.11.2010	881
Capítulo XIX – APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR PÚBLICO.....		885
19.1	Introdução.....	885
19.2	Competência para o Julgamento do Mandado de Injunção.....	887
19.3	Sujeito Ativo do Mandado de Injunção	888
19.4	Jurisprudência.....	889
19.5	Instrução Normativa MPS/SPS 1.....	894
19.6	Orientação Normativa MPOG/SRH 10, de 05.11.2010	898
19.7	Instrução Normativa INSS/PRES 60	901
REFERÊNCIAS		907
ÍNDICE ALFABÉTICO		911